VIRAGEM

Publicação Bimestral
METANOIA

1

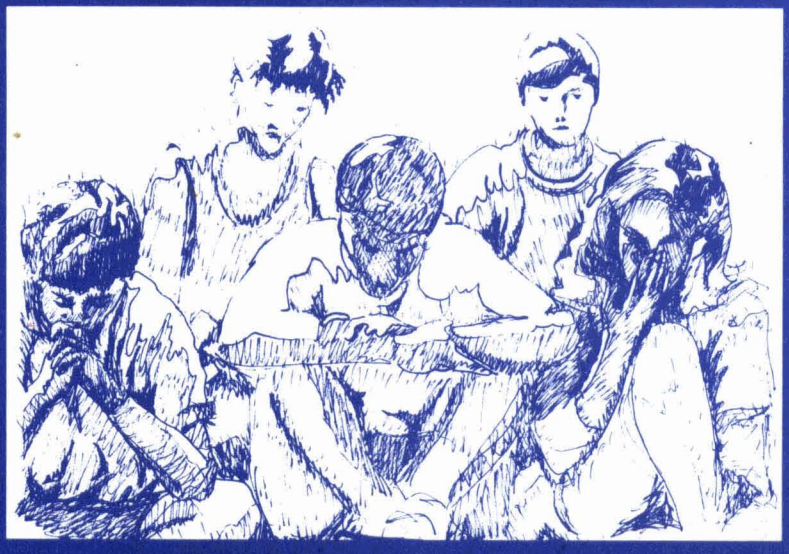
200$00
Janeiro/Fevereiro
1991

SER CRISTÃO — SER CIDADÃO

EDUCAÇÃO CRISTÃ

CULTURA E MEIO PROFISSIONAL

EXPERIÊNCIAS CRISTÃS



EDITORIAL

António Matos Ferreira

A surpresa e a inquietação destes últimos meses no que se refere à situação internacional, a guerra no Golfo e as incertezas da "perestroika", se nos revelam, a nós próprios, uma consiência estranha de impotência, exige, por outro lado, uma maior determinação no que se refere à vontade de constriur a paz e aprofundar o viver democrático.

As situações referidas são ilustração inequívoca de como as políticas expansionistas, um desenvolvimento das sociedades marcado pelo armamento desenfreado conduzem a uma certa irracionalidade que esmaga inocentes, vestígios profundos de "bárbarie" que persiste nas diversas sociedades, expressiva de como o simples "avanço tecnológico" não basta para permitir ao homens e às mulheres do mundo inteiro afirmarem a sua dignidade pessoal e colectiva.

O desafio é civilizacional e enganam-se todos os que reduzirem estas questões a vitórias, cuja transitoriedade nos remete para o futuro que seremos capazes de construir.

Por mais justas que sejam as razões de cada uma das partes, a paz e a justiça exigem que os critérios de expansionismo de qualquer natureza: políticos, económicos, ideológicos, religiosos, ou outros possam ser substituídos pela abertura e liberdade nas sociedades, pela redução dos poderes militares e pela valorização dos sistemas políticos participativos, pela capacidade de se estabelecerem laços de solidariedade entre as diferentes comunidades humanas reduzindo-se o mais possível os mecanismos, os mais diversos, de dominação.

VIRAGEM

Revista bimestral do Metanoia

N.º1 • Ano I • JAN./FEV. 91

Preço: 200$00

Apartado 37

2670 LOURES

Proprietário e Director:	António Matos Ferreira
Secretário:	José Centeio
Grafismo e Fotografias:	Ana Cordovil Jorge Wemans Sebastião Moura Marques
Conselho Editorial:	Ana Cordovil António Marujo Laura Marques José Maria Azevedo
Colaboram neste número:	Pe. Edgar Silva Inês e Margarida Azevedo Isabel Sales H. Belchior Jorge Montiel Maria do Rosário Sousa e Albino Sousa Paulo Conceição Paulo Melo
Composição e Impressão:	Atelier Gráfico de Loures
Assinatura Anual (6 números):	1 000$00
Tiragem:	500 exemplares

Depósito Legal n.º 44272/91

Se a paz e a justiça têm uma dimensão utópica, isto não significa inviabilidade e impossibilidade. Trata-se de humanizar mais profundamente o mundo.

Este é certamente um dos principais vectores programáticos da **Viragem**. O lançamento desta publicação pretende ser uma aventura de comunicação e de debate, aberta a todos os interessados. É uma iniciativa de um grupo católico: o **METANOIA**, o qual reune profissionais das mais diversas áreas.

Esta aventura incorre em certos riscos, particularmente porque a condição de ser cristão na sociedade portuguesa tem sido mais um referencial de pertença interna do que expressão de participação e de construção de um debate cultural, social e político no seio da nossa sociedade.

A marginalização da dimensão cristã na sociedade contemporânea resulta mais da incapacidade, daqueles que se assumem como cristãos, em serem capazes de se interrogarem e de transportarem esse questionamento, como vital e de forma compreensível para o conjunto da sociedade, do que fruto dos sectores que se posicionam em confronto com o religioso, de modo anti-clerical ou não, mais ou menos laicistas. A defensiva é por vezes expressão de um saudosismo hegemonizante, contraditório com o modo evangélico de ser e estar em Sociedade. Numa sociedade que se compreende a si mesma como plural, o cristianismo não é só uma parte desse pluralismo, atravessa-o e é por ele marcado e composto.

ASSOCIAÇÃO CULTURA E SOLIDARIEDADE

Paulo Conceição

Legalizada, no Porto, no início de 1990, a Associação Cultura e Solidariedade apresenta-se como **espaço de reflexão,debate e intervenção cultural,** em torno do **sentido da evolução da sociedade portuguesa, em especial, e das sociedades humanas, em geral.**

Tendo partido de um grupo de cristãos e propondo-se explicitamente ter em conta a importância do factor religioso e do cristianismo nas dinâmicas da cultura e da solidariedade, a associação define-se pelo pluralismo ideológico, cultural e religioso dos seus membros e pela referência genérica a um **humanismo baseado nos direitos da pessoa humana** e aos valores da liberdade, da solidariedade e da paz.

1990 foi, sobretudo, o ano da instalação da associação. Primeiro, com a definição dos seus contornos jurídicos e o processo de legalização; depois, com o esforço de crescimento do número de associados (neste momento, cerca de 100), de modo a ter presentes diversos campos de experiência profissional, de intervenção social e de produção e expressão cultural; finalmente, em finais do ano, com a eleição dos cargos sociais.

Neste momento, procura-se definir um plano de acitividades e intervenção pública da associação, através de variadas formas: da investigação à constituição de grupos de trabalho com interesses mais específicos: da animação cultural aos espaços mais alargados de debate.

A sede da Associação fica na Rua Marciano Azuaga, 82 — **Vila Nova de Gaia.**

CIDADANIA: uma construção de cada um

António Matos Ferreira

1991 é um ano de eleições para Portugal: iniciou-se com as presidenciais e terminará com as legislativas. O debate político ocupará assim um larguíssimo espaço ao nível da comunicação social, e muitas das atitudes do quotidiano exprimirão, em muitos aspectos, o posicionamento de cada um nesse mesmo debate e em face das opções políticas e o pessoal político que as protagoniza.

Fala-se e escreve-se muito sobre o "cansaço" da política que largos sectores da população experimentam. A política tende a aparecer bipolarmente ou como uma obcessão envolvendo tudo, ou como algo exterior em relação à qual o desinteresse surge como uma posição, algumas vezes como uma opção. **A opinião pública** como interlocutora da actuação dos políticos é, por vezes, mais marcada pelos horizontes de debate que os políticos, eles próprios definem, do que propriamente pelo exercício da consciência cívica de cada um, isto é, pelo exercício da cidadania.

Se num regime monárquico a representação e a continuidade nacionais se consubstanciam na legitimidade de uma família, a qual exerce constitucionalmente o seu poder moderador, garante das liberdades e dos princípios fundamentais da Sociedade, num regime republicano - o caso do nosso país - todos os poderes, directos ou indirectos, estão revestidos de uma legitimidade que assenta no sufrágio universal, isto é, no exercício do voto, mas mais fundo do que isto, na consciência da cidadania e no respectivo exercício.

Esta perspectiva é fundamental, na medida que o funcionamento da sociedade e das suas instituições implica o envolvimento de todos, ainda que dele não resulte um imediatismo na resolução dos problemas, ou que a expressão das forças maioritárias se apresente contraditória com as opções individuais.

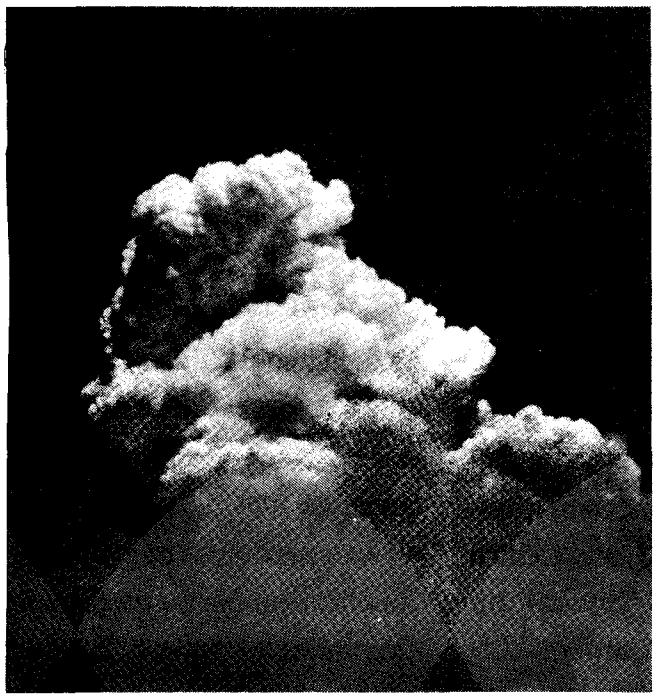
Um regime republicano democrático coloca constantemente como exigência o desenvolvimanto da consciência de cada um ao nível dos problemas dos outros, pois a sociedade não é um simples somatório de interesses, mas a interacção de múltiplas vontades e projectos. A consciência cívica implica não só a aceitação ou o convívio com o pluralismo, mas um constante e criativo empenho em que este se desenvolva.

É no interior desta dimensão plural do existir e da construção da sociedade que se valorizam e se tornam imprescindíveis os mais diversos aspectos do exercício da cidadania, não redutível ao exercício de funções político-partidárias ou do voto nas eleições, as quais, dando consistência ao funcionamento do sistema político, estão interligadas e mesmo dependentes daquilo que somos e fazemos nos nossos locais de trabalho, na família, na actividade empresarial ou cultural, etc.

A cidadania que fundamenta a democraticidade de qualquer sistema político é, pois, expressão da consciência que cada um desenvolve no interior daquilo que vive e da compreensão que daí resulta, oferecendo horizontes de participação e de responsabilização de uns e outros na Sociedade.

CONSTRUÇÃO DA CIDADE ONDE QUEREMOS MORAR

Isabel Sales Henriques Belchior(*)



Quem um dia se encontrou com o que disse aquele Homem, nós que não tivemos a ventura de conhecer Jesus Cristo, não pode ficar igual ao que era antes. Parte para formas novas de viver e de estar, de conviver e de se relacionar, até consigo próprio! Cresce o prazer de dar, modifica-se o sentido do fazer, abrem-se caminhos para um tipo de emoções diferentes. Acontece o milagre porque se acredita. **A tua fé te salvou.**

Há quem tenha a preocupação de optar por obras da Igreja, de solidariedade social, de luta pelos direitos humanos como forma mais directa de trazer para a "cidade" os valores cristãos. Outros, sensíveis ao apelo de novas correntes dentro da Igreja, integram-se em movimentos políticos, em sindicatos ou partidos e talvez até em governos ou na Administração. O trabalho é imenso e os talentos são muito diferentes.

Não parece possível que se obtenham bons frutos sem que se apliquem os talentos de cada um naquilo em que possam render com a maior abundância. Trata-se, no fundo, sem falsas ou verdadeiras vergonhas de perceber aquilo a que somos mais sensíveis: desde a importância de certos bens do património cultural ou do património natural tão degradados pela exploração em termos menos nobres e de lutar pela sua defesa.

Basta olhar à nossa volta para vermos que muito se diz mas quase nada se faz quanto à qualidade de vida: começando pelo ar que se respira nas grandes ou pequenas cidades, pela água que bebemos, pelo pão, pelos medicamentos, etc..., etc... É, também ou sobretudo, por aqui que passa a construção, com os outros, de novas formas de viver ou de estar, da construção da cidade onde queremos morar e que gostaríamos de deixar aos nossos filhos.

É importante que os cristãos, enquanto cidadãos e junto com os outros, denunciem e reivindiquem junto do poder constituído, alguns dos direitos que vão ficando esquecidos - poder-se-ia encarar até como um serviço da colectividade, o exercício de contra-poderes que equilibrassem o estilo das vozes que têm capacidade para se fazer ouvir.

* Socióloga, especialista em Comunicação Social, membro fundador da DECO — Associação Portuguesa para a Defesa do Consumidor

Abrimos este espaço na Revista publicando três testemunhos sobre o modo como ajudamos os mais pequenos, por quem vamos sendo responsáveis, a descobrir Jesus na família, nos amigos, na rua...

Teríamos todo o interesse em receber outras contribuições de forma a enriquecermos esta partilha e aprofundarmos o debate sobre a educação dos mais pequenos.

COMO EDUCAR E CRESCER NA FÉ?

Maria do Rosário e Albino Sousa

NO passado Domingo, dia 2 de Dezembro de 1990, celebramos o Advento em conjunto com a comunidade do Padrão da Légua-Porto, presidida pelo Padre Gaspar. Esta celebração foi para nós momento de encontro, reflexão e preparação para o Natal. Esta comunidade vem sendo, desde há longo anos, o espaço que escolhemos para celebrar as festas mais importantes do ano litúrgico: Advento, Natal, Páscoa, Pentecostes,...

É com casais desta comunidade, que têm filhos com idades aproximadas às dos nossos filhos (Tiago - 9 anos e Sara - 11 anos), que temos reflectido a sua educação na fé, desde o seu nascimento.

Em 1979 elaboramos um documento no qual abordavamos a questão do Baptismo das Crianças, reflectida em conjunto com outros casais, que entretanto optaram por baptizar os seus filhos. Neste documento expunhamos algumas das nossas dúvidas, que eram e continuam a ser polémicas:

A nossa preocupação deve ser educar na fé e na liberdade, iniciando as crianças nas coisas de Deus. Sem liberdade não há fé. Jesus é claro "se quiseres ..." Educar na liberdade exige dar possibilidades de opção, mesmo que as opções não estejam de acordo com as nossas.

Pouco tempo depois encontramos o dito grupo de casais da comunidade de Padrão da Légua, que tal como nós fizeram a opção de não baptizar os filhos enquanto crianças. Iniciamos encontros mensais, onde reflectimos vários aspectos ligados ao crescimento e educação infantil e onde partilhavamos as "traquinices" e novidades dos nossos filhos.

A idade da catequese chegou. As nossas reuniões tomaram outro rumo, no sentido de procurar um forma de educação na fé, que consideramos mais inovadora e enriquecedora. No início de cada ano lectivo, planificava-se todo o trabalho a realizar, adoptando estratégias que se foram alterando consoante o nível etário das crianças.

Este ano temos mensalmente a nossa reunião de preparação dos temas por nós escolhidos, a abordar ao longo de todo o mês. Na sequência deste encontro, semanalmente cada casal tem um espaço de oração com os filhos, onde são apresentadas as linhas gerais do tema dessa semana, comum a todos os casais. Aos sábados à tarde a orientadora da catequese reúne com as seis crianças que compõem este grupo, onde faz a exploração e a síntese deste

trabalho, através das mais variadas actividades. Esta orientadora é a São - Educadora Infantil, membro da Comunidade e mãe de uma das crianças.

As crianças gostam imenso da catequese; têm crescido juntas, planificam as mais diversas brincadeiras educativas. Nas celebrações da fé da Comunidade, têm também a sua participação nas festas mais importantes apresentando-se sempre com trabalhos realizados na catequese. Neste momento está a ser preparada a celebração de Natal.

Na ceia de Natal costumam juntar-se alguns membros e amigos da Comunidade. Depois da ceia todos reúnem para celebrar a festa de Natal, na qual as crianças têm um papel muito activo. Este ano está a ser preparado um jogral de Natal, e será apresentado nessa noite.

Neste Advento as crianças fizeram na catequese postais de Boas-Festas, que venderam e cujo dinheiro foi enviado para Moçambique. Juntamente com esta importância enviaram também uma carta ao Isaías, que eles conhecem pessoalmente, e que se encontra na Diocese de Nampula. É uma forma de solidariedade com os outros e de se irem consciencializando de outas realidades.

Esta experiência e o crescimento na fé dos filhos tem sido também para nós motivo de crescimento. Como educar e crescer na fé? Esta é e continuará a ser a nossa interrogação e procura.

Rio Tinto, Dezembro 1990

UM NATAL ESCUTISTA

No dia 21 de Dezembro, os escuteiros da paróquia do Santíssimo Sacramento fizeram um jantar para as pessoas que vivem sós.

A comida que era bacalhau, batata e legumes, feita pelos escuteiros. A sobremesa também fomos nós que a trouxemos, rabanadas, leite creme, letria, etc. Nós jantamos depois, divertimo-nos muito e contamos anedotas. Comemos no salão ao pé da sede.

Os caminheiros (os mais velhos dos escuteiros) cantaram canções e fizeram teatros que as pessoas viam enquanto jantavam.

Os lobitos e os júniores (os mais novos) fizeram um presépio ao vivo. Fizemos um presépio no palco. No presépio havia uma gruta pintada pelos séniores e focos de luz verde, e estrelas. Também foi feito na salão...

A Margarida fez de Menino Jesus, e eu de pastora.

No fim do presépio ao vivo foi-se toda a gente embora.

No sábado, depois da missa das sete, os escuteiros também fizeram um presépio ao vivo. No domingo de manhã, depois de todas as missas, fizemos um presépio ao vivo para todas as pessoas da paróquia.

Também demos prendas para os meninos pobres da paróquia.

Comprometemo-nos a dar prendas novas que servissem para nós.

Inês Azevedo (júnior)

Margarida Azevedo (lobita)

SOLIDÁRIOS COM A "CANALHA"

Pe. Edgar Silva (*)

1.
MENINOS NA CIDADE

O turista no cais enchendo de escudos a boca dos miúdos prontos a mergulharem atrás da moeda jogada ao mar, é uma parábola quotidiana. É a história de povo ensinado a tudo fazer, prostituindo-se, tudo escancarando... por um dólar.

Os bandos de miúdos que esfarrapados, sorridentes para o inglês que passa, tentam em troca da moeda mendigada oferecer uma flor, dizem-nos como o turismo nos transformou. Fez-nos sorridentes na fachada, Cortesãos por fingimento, aduladores. A tudo nos prestamos... até ao ponto de mudar usos e costumes, para inglês ver e abrir a bolsa.

Mesmo ao estrangeiro mais agressivo, ao que responde com um pontapé ao pedinte mais insistente, importa o sorriso (obrigatório) para lhes ser agradável. Para que paguem, se possível bem, e como é necessário se saciem, vive-se do adaptar-se à vontade alheia.

As "crianças das caixinhas", pedintes na cidade, são imagem da pedincha (enfeitada) subserviente: um povo adiado no vilão pedinte, feito folclore em salões de hotel, na cultura tornada apenas artifício.

Proibidos de frequentarem algumas zonas do Funchal, devido à sua condição social, estes que têm a rua por mãe são sintoma de muitas outras exclusões. Revelam as consequências de um modelo de desenvolvimento que só "funciona bem" produzindo desigualdades, aproveitando-se do submundo gerado.

Esta é a parábola de um povo adiado com pretensões a vida sem realidade gente iludida pelo fascínio da sociedade de consumo artificial que promove, mas não vive. É um povo adiado, pedinte, num cenário deslumbrante que ele prepara, apenas figurante, mas não é dele, nem para ele.

Os transportes públicos tinham indicações de responsáveis políticos para não transportarem estes filhos dos pescadores para a cidade. Juntavam-se e vinham de táxi pedir, desde Câmara de Lobos.

Nem sabem bem o que fazer com os pobres. Proibi-los de sairem à rua... de se aproximarem da cidade. A lógica do marketing obriga a esconder a probeza.

A polícia persegue-os. Batem-lhes. Eles teimam em aparecer. Mandados pela mãe, que só os voltará a receber em casa quando tiverem a quantia fixada, a tudo se dispõem... por uma moeda.

2.
CONSTRUINDO UMA IDENTIDADE

Formar grupos com estas crianças foi opção provocada por esta situação de vida.

Ganhar a confiança deles, envolver-se, é tarefa violenta pelo questionamento das nossas referências, dos nossos valores e critérios.

Criar laços diferentes entre eles pela formação de grupos é um processo demorado. Dois anos depois estava interiorizado o local de encontro semanal e o horário. Os "Trapalhões de Belém" são o culminar da acção transformadora protagonizada pelas crianças.

Em grupo joga-se e brinca-se. Gostam de desenhar. Falam do vivido. Algumas situações, discutidas, conduzem-nos à acção organizada: uma carta ao comandante da polícia, porque eles não lhes podem bater; o enfrentar os vigias que os querem excluir de locais públicos; o encontro

(*) Assistente MAC (Movimento do Apostolado das Crinaças) -Funchal

com o vereador da Câmara; a exposição dos desenhos de vida, a denúncia de abusos violentos.

Crescem pela consciência dos direitos. Enquanto sujeitos de projectos conciencializam-se da dignidade esquecida, transformam atitudes.

Para quem passa a vida de mão estendida, assumindo o estigma de pedinte, a maior revolução passa por experimenatar-se protagonista. Por isso, por princípio, não queremos dar-lhes nada, nunca pretendemos fazer algo por elas, nada lhes queremos ensinar. Tudo terão de decidir, pensar, tudo têm de sugerir.

Organizados ganham poder de intervenção e reivindicação na Cidade. Estão fazendo uma escola aberta. Querem aprender a ler. Começamos um projecto de alfabetização: ''a escola da canalha'', dizem eles.

É o acompanhar do crescimento de um Homem Outro. Vivendo do acontecimento. Há quatro anos. De mãos vazias, dadas com quem não tem...

INFORMAÇÃO

TIMOR LESTE "SOU TIMORENSE"

12 organizações cristãs europeias apoiam esta publicação de dez testemunhos de timorenses, iniciativa que responde ao pedido da IV Consulta Cristã sobre Timor-Leste, reunida em Lisboa em 1988. A diversidade e dramatismo destas experiências ajudam a entender o apelo à realização de um referendo feito por Mons. Belo, apelo esse que termina a brochura.

(Preço porexemplar: 300$00 + despesas de correio)

* * *

VÍDEO TIMOR - LESTE A LUTA E A ESPERANÇA

Documentário de 35 minutos, traça o perfil de um povo, o povo timorense, com as suas características próprias, cultura, modos de vida. As diversas influências externas a que esteve sujeito ao longo da sua História, que lhe acrescentariam novas marcas, nunca suplantaram ou abafaram a identidade que lhe é própria. 15 anos de guerra e genocídio pelo ocupante indonésio não vergaram este povo, e a resistência timorense - que tem tantos quantos a ocupação - vem mostrar aos que não a julgavam possível nestas circunstâncias, à Comunidade Internacional, que a identidade do povo timorense não pode ser alienada por nenhum preço.

Dedicado **ao povo de Timor-Leste, mártir da esperança e da liberdade**, o documentário dá voz a esta esperança ao mesmo tempo que pretende servir de instrumento de discussão junto de organizações, movimentos ou grupos cristãos de forma a alargar a informação e solidariedade com Timor-Leste.

*

VHS
Venda: 4.000$00
Aluger: 1.000$00
+ caução prévia de 3.000$00

*

(Pedidos a: A Paz é Possível em Timor-Leste - CRC - Rua Castilho, 61 - 2.º Dtº 1200 Lisboa

O GOSTO DE SER PROFESSOR

PAULO MELO

Os professores do ensino preparatório e secundário são um grupo profissional que sofreu nos últimos 20 anos uma descaracterização. O aumento da escolaridade obrigatória para 6 anos, assim como a expansão verificada no ensino secundário exigiram o recrutamento de um grande número de novos professores. Uma grande parte destes não possuía qualificação pedagógica nem científica para o exercício da profissão. Muitos, nem um mínimo de inclinação ou disponibilidade para as actividades do ensino e optaram por esta actividade profissional como meio acessível de ganhar dinheiro. Não ponho em causa a expansão verificada, tão pouco defendo que ela só deveria ter ocorrido quando estivessem reunidas todas as condições consideradas indispensáveis para que tivesse êxito. Constituiu globalmente um factor de progresso para a sociedade portuguesa pelo que esperar que estivessem reunidas as condições ideais teria sido, provalvelmente, adiá-la indefinidamente sem que as vantagens compenssassem os prejuízos.

De um corpo com alguma identidade e prestígio social, a classe docente vê-se transformada num conjunto heterogéneo, integrando um grande número de arrivistas com frágil preparação para o ensino. Tratou-se de um crescimento demasiado rápido para que a auto-imagem que os professores têm de si mesmos e a imagem que deles a sociedade tem se pudesse reproduzir ou mesmo renovar pacificamente. Surgiram dificuldades no que se refere à formulação de uma identidade profissional, como ao seu reconhecimento social.

...é necessário redefinir a essência do "ser professor", construir um nova deontologia profissional adaptada às novas concepções da educação.

Mas o acesso ao ensino preparatório e secundário por um número crescente de alunos de estratos sociais muito diferenciados afectou, ainda, de outro modo, o perfil do professor do ensino pós-primário. Os alunos com quem estavam habituados a trabalhar chegaram-lhes às mãos já muito seleccionados. Procediam de famílias com um certo estatuto económico e cultural, aspiravam à frequência dum curso universitário e faziam por isso. A expansão do ensino fez com que passassem a encontrar alunos com deficiências de preparação graves e cujas ambições são muito mais indefinidas, tornando o seu comprometimento com as actividades escolares mais diluído. Muitos de nós têm ainda bem presente a imagem do clássico professor de liceu; sabedor, austero, dedicado, exigente, talvez até um pouco rígido. Os professores mais novos tentaram, em muitos casos e à falta de melhor, reproduzir esssa imagem sem grande sucesso. Alunos turbulentos e à partida pouco interessados suscitaram , vezes sem conta, comentários do tipo: **No nosso tempo é que era...**

Por tudo isto se conclui que é necessário redefinir a essência do "ser professor", construir

uma nova deontologia profissional adaptada às novas concepções da educação. Gastou-se muito tempo na negociação do estatuto legal que define a carreira docente, assim como em reivindicações salariais. Nem sempre se conseguiu, na minha opinião, associar a estas indispensáveis acções sindicais uma séria e profunda reflexão sobre o que é ser professor, hoje em Portugal. fala-se pouco do sentido e do gosto de ser professor e demasiado da frustação do exercício desta profissão.

Não consigo ainda produzir um discurso global e coerente sobre o gosto de ser professor. Deixo, no entanto, alguns elementos, algo desarticulados, acerca do que julgo serem as condições básicas para o exercício da actividade docente.

1.

TODO O ALUNO É UMA PESSOA HUMANA, COM UMA IDENTIDADE E DIGNIDADE PRÓPRIAS E COMO TAL MERECEDOR DE TODO O RESPEITO

Nem sempre é fácil, no quotidiano escolar, manter esse respeito. A instituição escolar confere a professores e alunos estatutos diferentes, detendo os primeiros um papel decisivo na condução e avaliação das actividades e por isso esquecendo-se dessa radical igualdade entre professor e cada um dos seus alunos. Quantas vezes não temos a tentação de chamar "burros" aos nossos alunos e em situações extremas não chamamos mesmo? E, no entanto sentir-nos-íamos insultados se o mecânico que arranja o nosso carro ou o nosso médico assim se nos dirigisse... De facto, nem a diferença de idades, nem a diferença de estatutos, nem, tão pouco, o irrequietismo e a provocação por parte de alguns alunos podem justificar o rebaixamento que é sempre o recurso ao insulto. Os professores são constantemente surpreendidos, no exercício da sua profissão, por situações inesperadas de conflitualidade e agressividade entre alunos ou directamente dirigidas ao professor, face às quais é fácil perder o controlo e reagir de forma inadequada. É, no entanto, possível edificar toda uma sabedoria, no contacto com outros colegas e graças à própria experiência, que nos torna aptos a lidar com essas situações duma forma educativa, respeitando os alunos, mesmo aqueles que nos faltam ao respeito, e, sobretudo, respeitando-nos a nós mesmos. Importa é estar sensíveis a estas questões que se colocam no relacionamento interpessoal e que no contexto escolar são, por vezes, subestimadas porque se vulgarizou um comportamento inconscientemente prepotente por parte dos professores. Saber ser professor é também saber exercer a autoridade sem ser autoritário, isto é, saber responsabilizar para posteriormente exigir responsabilidades, sempre que necessário justificar qualquer posição ou atitude e, se preciso for, reconhecer os seus próprios erros ou falhas. Nunca foi por se pedir desculpa a um aluno por qualquer julgamento mais precipitado ou erro científico que se perdeu autoridade; pelo contrário, é reconhecendo-se como igual, passível de errar, que o professor conquista o respeito e estima dos seus alunos e se constitui como modelo de homem ou mulher que, sem abdicar das suas próprias opiniões e

personalidade, sabe reconhecer os seus erros e respeita os outros, saber ser tolerante e simultaneamente exigente.

2.

TODO O ALUNO É, À PARTIDA, UM DESAFIO À CAPACIDADE DO PROFESSOR DE COM ELE FAZER UM PERCURSO DE CRESCIMENTO INTELECTUAL E PESSOAL

A reflexão que se tem vindo a fazer sobre o insucesso escolar é, sem dúvida, importante e permite aos professores melhorarem a sua actividade educativa. Tem possibilitado a conscientização da complexidade do acto educativo e a diversidade de factores que contribuem para o sucesso escolar. Não pode, no entanto, funcionar como justificação para as incapacidades e incúrias da exclusiva responsabilidade da escola. Tornou-se demasiado frequente invocar as carências do meio socio-cultural, as deficiências escolares anteriores (''falta de bases'') para justificar o insucesso dos alunos. Tais factores devem necessariamente ser tidos em conta, mas sempre como condicionantes duma actividade positiva a desenvolver e nunca como desculpa do inêxito previsto. No início do ano escolar, cada aluno não é ''bom'' nem ''mau'', são os alunos com quem nos coube trabalhar e com quem temos que fazer um percurso tão individualizado quanto possível, durante o qual revelarão as suas potencialidades. Garantir na actividade colectiva do grupo turma a possibilidade de progressão e crescimento de cada aluno, independentemente do seu ponto de partida, faz parte das competências do professor. Este é, para mim, o mais difícil desafio com que me deparo como professor. Nem sempre consigo, ou é possível, dar-lhe resposta positiva. Tal não impede, porém, que seja este o horizonte ideal da actividade individual de cada professor e da escola enquanto instituição.

É necessário que a escola, sem esquecer as suas competências específicas, assuma em relação às condicionantes extra-escolares do sucesso uma atitude mais interventiva. É hipócrita, tendo a escola conhecimento das deficientes condições económicas e afectivas dos seus alunos, invocá-las para justificar o insucesso escolar, sem antes fazer tudo o que está ao seu alcance para as remediar. Tal passa por, em primeiro lugar, responsabilizar com tacto e sensibilidade os pais, mas, se não for suficiente, tem a escola o dever de solicitar a colaboração de outras instituições do meio como a Segurança Social ou mesmo os Tribunais.

Em suma, a função do professor e da escola não é a de constatar a capacidade ou incapacidade dos alunos, mas sim de, por todos os meios ao seu alcance, potenciar as capacidades de cada aluno e atenuar os obstáculos ao seu pleno desenvolvimento. Para isso o diálogo sério com cada aluno com o objectivo de esclarecer as suas dificuldades tanto no domínio cognitivo como afectivo por parte do director de turma, mas também por parte de cada professor no que às di-

ficuldades específicas da sua disciplina respeita, é um contributo inestimável para o sucesso.

3.

TODO O PROFESSOR DEVE POSSUIR UMA SUFICIENTE AUTO--ESTIMA PARA NÃO TER QUE PROVAR NADA DE SI MESMO PERANTE OS ALUNOS.

As situações pedagogicamente mais desastrosas de que tive conhecimento e de que fui protagonista aconteceram quando o professor teve que provar intencionalmente aos alunos que era competente cientificamente, que tinha a autoridade, que era superior por este ou aquele motivo. Os alunos são particularmente sensíveis à insegurança do professor, particularmente à insegurança por motivos afectivos, que detectam com facilidade. Tentar artificialmente impôr-se através de atitudes, gestos, comportamentos programados é esforço em vão. É certo que no nosso relacionamento interpessoal, e particularmente como professores, frequentemente representamos papéis. Somos mesmo capazes de adoptar atitudes conforme as turmas com que trabalhamos.

Importa, no entanto, que por trás dessas diferentes atitudes, o professor seja sempre ele mesmo, isto é, aja sempre em consonância com o que é como pessoa e nunca tente enganar os alunos. Se está inseguro em relação a algum conteúdo programático é preferível integrar as dúvidas na sua planificação das aulas a representar uma certeza que efectivamente não possui. Pode até ser mais estimulante e cognitivamente mais produtivo para os alunos. Assim o professor torna-se um companheiro de caminhada de cada um dos seus alunos: diferente, é certo, porque adulto e detentor de um corpo de conhecimentos a transmitir, mas também próximo porque partilha dúvidas e se preocupa e deseja o melhor para cada um deles. E todos nós sabemos como para os adolescentes é importante a confiança e expectativas que neles se depositam. Não quero com isto dizer que os professores sejam "super-homens ou super-mulheres", sempre com elevado apreço por si mesmos. Quero tão somente evidenciar que nunca os professores podem permitir que as suas tensões existenciais se resolvam à custa dos seus alunos. Não devem, porventura, ser encobertas, mas simplesmente vividas com a possível naturalidade, também ela educativa. Para isto o bom ambiente humano e afectivo das escolas é factor determinante. Entre os seus colegas, pode assim cada professor encontrar o apoio, a correcção necessários para definir a melhor, porque mais autêntica, postura a adoptar perante os seus alunos.

E com tudo isto estou consciente de não ter abordado a questão da formação dos professores... Preferi intencionalmente falar das questões prévias e fundamentais que determinam, a meu ver, o exercício desta nobre profissão. Sem elas qualquer formação será vã. Garantidas estas, a formação pedagógica e didáctica adquire utilidade e sentido.

Penso, no entanto, ter posto em evidência a relevância que o ambiente escolar, particularmente o relacionamento franco e sem preconceitos entre professores, tem para a necessária redefinição e dignificação da função docente em Portugal. Muito aprendi em conversas com colegas em que expus, sem auto-defesas, os problemas pedagógicos com que me deparava. Lamento que tal não seja prática corrente nas nossas escolas. Preconceitos e medos impedem de nos assumirmos como professores com dúvidas e dificuldades, mas desejosos em comum de sermos cada vez melhores professores. É este o grande obstáculo a vencer.

O ARCO

- Espaço de Reflexão Cristã surgiu em 1988 como resposta à necessidade de congregar pessoas que sonham uma outra forma de viver em Igreja e de estar em Sociedade.

Pe. Edgar Silva

Congregar pessoas, criar pontes, dirigidas às grandes questões colocadas hoje aos homens e às mulheres da nossa cidade: questões que têm a ver com a ordem estruturante do meio social, com os valores e critérios dominantes, com os modelos vigentes e a urgência de imaginar e gerar opções alternativas deu origem à constituição de diversas mediações - Núcleo da Mulher, dos Direitos Humanos, Pesquisa Social, Ecumenismo, Teologia, Trabalho e Actualidade - que para além de trabalharem ao nível de grupo mantêm um conjunto de Sessões Públicas que preenchem os meses de Outubro a Junho.

As Jornadas de Estudo anuais, que decorrem durante um mês, têm por objectivo integrar estes objectivos, aprofundar e debater as questões a níveis mais alargados, contando com a presença de personalidades, algumas oriundas do Continente, ligadas a diferentes áreas do saber e da actividade humana, como a sociologia, a filosofia, a economia, o direito, as artes, o jornalismo, a música, a teologia entre outras; pessoas que fazem da problemática em debate nas Jornadas, o objecto da sua reflexão e com ela são confrontadas frequentemente.

O número das adesões vai crescendo, os que simpatizam com os nossos ideais também e admitimos que existam alguns inconfessados receios.

O **ARCO** é já uma referência Eclesial-Cultural importante na Região, um polo aglutinador de sensibilidades várias, onde pulsam diversas maneiras de ser Igreja, de intervir na cidade ou simplesmente de encarar a existência. Ele foi o resultado dum apelo do Espírito e é um risco incalculado vivido diariamente.

Funchal, Janeiro 91.

A IGREJA COMO ESPAÇO DE ENCONTRO E CONVERSÃO AO OUTRO

Paulo Bateira

1.

A HISTÓRIA DA INDENTIDADE

Há, no Ocidente uma vitória da indentidade e uma derrota da alteridade. Hegel tematizou a trajectória vitoriosa e invicta da identidade como história e fenomenologia do Espírito. Depois, com o advento do materialismo histórico, virou-se a dialéctica hegeliana ao avesso, mas o mesmo esquematismo dialéctico continuou acusando e garatindo que na nossa história do ocidente existe uma vitória da identidade em detrimento da alteridade. Donde provém este destino e esta obsessão pela identidade?

O modo de ser do Ocidente tem uma forte vertente na herança grega. Uma das figuras mais sintomáticas da narrativa mítica que subjaz ao modelo Ocidental e a deUlisses: afastado da sua esposa e da sua casa, da sua pátria e do seu cão, Ulisses vive a aventura do homem navegador numa viagem de regresso. Perde-se defronta obsctáculos, vence e retorna da sua odisseia carregado de diferentes experiências, de conquistas e vitórias. Chega disfarçado, como um «diferente» do Ulisses que partira, mas o seu cão reconhece-o como o «idêntico» através do seu faro animal, e a sua esposa reconhece-o como o «mesmo» pelo amor. Ulisses retorna ao lugar de partida depois do grande ciclo de aventuras. É **o «mesmo»,** mas agora carregado de mundos diferentes e de glória. Por isso, é o **herói do retorno**. Na verdade, o retorno para o que era seu e para si mesmo estava assegurado pela permanência fiel da sua mulher em casa. Ela garantia o espaço interior - o seu lar - base da identidade para a qual Ulisses podia importar o mundo inteiro em suas voltas e experiências. A aventura de Ulisses, assim assegurada, permanece uma pseudo-aventura num mundo domesticado a partir da sua casa firmada na fidelidade de Penépole. Por isso, é a contradição de uma «aventura de retorno» que não vai para um futuro absoluto mas para um fundamento já dado.

Ulisses não sabe e nem pode suspeitar que a possibilidade do seu feliz retorno se deve a uma alteridade contraída. Afinal, o herói é Ulisses mesmo.

A este modelo de «homo occidentalis» podemos contrapor o modelo de Abraão: saindo da sua pátria e da sua família, Abraão peregrina em direcção ao desconhecido, ao não-familiar, ao trans-cendente. A aventura Abraâmica é sem retorno. Rompidas todas as amarras de modo definitivo, Abraão jamaias volta para o mesmo, jamais é idêntico. Cada vez o seu êxodo o exila em direcção à transcendência. É que já não existe a figura de «alguém» à espera por «retorno»; ao invés, existe alguém com palavra de promessa cada vez mais adiante. Abraão escuta, obedece e trancende perdendo em cada passo a identidade, mudando de nome em direcção ao futuro.

Outro modelo do Ocidente é o de Narciso, o enamorado pela sua própria figura no fundo do lago: no momento exacto em que Narciso se funde com a sua figura numa identidade, afoga-se e perde-se tragicamente dentro dela. Este modelo não está longe do trágico Édipo, cuja glória assenta sobre o incesto. Lutando contra a fatalidade desse destino há também Orestes, irmão de Electra. Acaba praticando o crime e auto-exilando-se para fugir do

círculo da incestuosa «mesmidade». Contudo, o passo à Transcendência fica-se pela «Tragédia da Solidão»: perdido e cheio de remorsos, com os cabelos transformados em cobras, vagueando pela floresta, não tem para onde ir - ninguém o chama!!! - nem sabe como acalmar a culpa que sente pelas sua atitudes e pela inflacção da sua solidão. Por isso caminha clamando «... e de mim mesmo me salvar todos os dias», o círculo da identidade basicamente solitária, retorno ao ponto de partida, **ao fundamento sem transcendência real para além de si mesmo,** é o destino trágico traçado pela narrativa grega. Seja na gloriosa forma da Odisseia, seja na tragédia comovente de Narciso, de Édipo ou de Orestes permanacem todos solitários no círculo da própria identidade.

A identidade é o primeiro princípio da verdade lógica: **A é A!** Seria uma tautologia banal e inocente, se esta identidade que repousa no ser (é) não fosse resultante de um processo dialéctico que consiste num afastamento de si, numa passagem pelo «diferente» e num retorno a si, re-encontrando-se como sendo o «mesmo» do ponto de partida.

Lembrando o Timeu, de Platão: «O círculo do Mesmo engloba ou compreende o círculo do Outro». Trata-se, de facto, do decisivo confronto entre o «autón» e o «héteron». A autonomia conquistada como identidade supõe este clima de guerra, esta luta e ansiedade, este ardor pela vitória sobre toda a diferença e alteridade. **Em todo o «diferente» existe uma ameaça ou uma oportunidade,** e todo o movimento em relação ao «diferente» é provocado, em última instância, pela ansiedade e pelo ardor por si mesmo. Levinas aproveita, por isso, da crítica de Kierkegaard à identidade tematizada por Hegel: **o «A é A» não é uma ingénua tautologia, pois A está ansioso por A, e quer tirar gozo de A. A pulsa em direcção a A, um A tenso por A, dramaticamente.**

A identificação é um climax, uma vitória, em que tudo o que está fora de A solicita,. provoca, sussurra, mas onde A se lança no ardor por si mesmo, para trazer para si o que está fora de si. A identidade suspende, apropria-se e incorpora em si, à sua solidão básica, toda alteridade.

2.

A HISTÓRIA DA ALTERIDADE

Onde existe triunfo da identidade, a alteridade permanece velada. O outro, na realidade, circunda o Mesmo, mas o Mesmo não o reconhece. Como já demos a entender, não se trata necessariamente de ignorância própria da malícia: o Mesmo não sabe que o outro é **Outro.** Toma-o como cúmplice e colaborador, como companheiro ou objecto a ser representado na obra da ciência e da verdade. **A verdade da alteridade é abordada como oportunidade, como familiaridade, como promessa económica, como momento da lógica e da teoria. Mas como alteridade permanece velada.**

Numa história tecida de dialéctica onde a verdade é o que resplandece no final da guerra dos diferentes - dos contrários que se opõem - afirmar que a história é dos vencedores, dita por eles, é um pleonasmo. Mais trágico do que isso é a constatação de que essa história e essa vitória são sempre da identidade às custas da alteridade. Se a vitória fosse da alteridade, aquela que é portadora da transcendência para dentro do círculo da identidade, então haveria ruptura e êxodo da identidade à transcendência sem jamais se fechar em círculo. Isso significaria a abolição de «pontos finais», de retornos, de conclusões e de vitórias: uma história sem vencedores e sem vencidos. É possível inaugurá-la, realmente, sem que permaneça uma obstracção e um idealismo?

O judeo-cristianismo aponta para os que, até ao momento presente, são os vencidos na trajectória da identidade: **o pobre, o orfão, a viúva e o estrangeiro.** Este painél

bíblico, cujo clamor retorna sempre unido ao mandamento de reconhecimento e de justiça por parte de Deus, é o **modelo real,** não puramente formal, da alteridade. Vencida, dominada, manipulada e ideologizada ou marginalizada e aniquilada, é alteridade sem identidade: sem gozo das boas coisas da vida e sem economia, sem armas, sem teoria e sem instituições. A alteridade está no mundo, mas não é do mundo (Jo.17). O Outro - o pobre - aí jaz como quem não goza do mundo, não habita o mundo, não tem lar e por isso, intimidade, pão, economia, nem encontra no mundo consolação ou explicação. Estranho e estrangeiro, está no presente do mundo sem ser senhor do tempo, sem possuir o conhecimento e sem possibilidade de sobrevoar a sua condição em direcção a alguma soberania. A alteridade está assim **exposta**, sem defesas, sem projectos, sem potência. (**"Isto vos servirá de Sinal: encontrareis um recém-nascido envolto em faixas e deitado numa manjedoura"**, Lc. 2. 12). O outro não se impõe. O nosso olhar é que nos fala, no silêncio da nossa consciência. Um olhar com a sua própria luz. Superior à mesquinhez da nossa órbita, nú e frágil, sincero e infinito, que se apresenta gratuitamente, para convocar e desmascarar a identidade, chamando-me à mesma sinceridade e nudez, à mesma exposição. Por isso a sua entrada e visitação são uma **epifania,** cuja humildade está ligada à dimensão de altura, ao esplendor e à infinitude do seu brilho.

O outro é, enfim, algo que se impõe sem violências. A alteridade permanece, pois, **ontologicamente** frágil - como um nada - exposta até ao assassinato, mas **éticamente** forte, íntegra e inatingível, como um convite e uma exaltação à racionalidade, à paz e à bondade.

3.

A HISTÓRIA DA MESSIANIDADE

Nesta ordem de ideias, a identidade sai do círculo como responsabilidade e vocação «EU» - nominativo dominador - repousa então sobre um «EIS-ME» acusativo que me acusa e apresenta como um eu diante de outro para o qual fui originariamente convocado. A visitação da alteridade não pode vergar a identidade. Por isso, propõe uma evidência que só obriga moralmente. A partir do outro, da sua palavra, acontece o despertar do ouvido - **a obediência** - e a criação duma **consciência moral.** Diferentemente duma consciência intelectual ou intencional, o que caracteriza a consciência moral é a sua orientação inversa, heterocêntrica: o sujeito criador e polarizador é-me exterior, desvela-me e convoca-me à sua luz. O primeiro fenómeno que se revela é, então, a exterioridade do outro e a interdição de invadi-lo. o outro é um **«não»** - inscrito no seu olhar e na sua palavra - que paralisa os meus projectos de gozo, de posse e de desvelamento. Diante do outro «eu não posso poder». Ele é a morte das minhas auto-expansões ingénuas. É convite a nascer de novo. Diante do Outro, que bem pode ser este Menino deitado numa manjedoura, o nosso filho ou a nossa esposa, o nosso colega de trabalho, o ser ganha sentido como tarefa e como vocação. Perde a crosta do egocentrismo, da identidade preocupada consigo mesma, para tornar-se chão e história da transcendência real, obra que se transcende na doação. O trabalho e a economia, a instituição e a organização social e política, a construção do mundo, a obra da verdade, da ciência e da teoria, o exercício da liberdade e a pulsão da vontade, ganham, a partir do outro, um significado messiânico: **ser-para-o-outro.** A vontade passa a ser a pulsão da inversão do eu em bondade, diaconia e devoção. À forma cartesiana poderíamos contrapor: «Sou chamado, logo sou». «Ser **eu** é ser Messias» (E. Levinas).

Natal de 1990

É quase normal aceitar-se que a Igreja sobre o mundo, os problemas concretos da vida, tenha uma palavra a dizer. A sua intervenção é ao nível doutrinal, enunciando princípios, mas também ao nível da sua aplicação ao nível particular das diversas situações.

Sobre si própria a Igreja tem não só uma consciência, mas, ao nível determinante da sua autoridade, possui um corpo doutrinal que lhe marca os horizontes da sua identidade.

Contudo, há uma diferença entre a doutrina e a prática, entre a afirmação sobre si e o que os outros dela entendem (às vezes pouco!). O que a Igreja diz sobre o mundo tem também a ver com ela, na exacta medida em que a dimensão histórica é constituinte da sua própria identidade, não por acidente mas como resultante da dimensão encarnada de Deus que ela testemunha.

Assim, questões como: participação, democracia, direito do homem, não são referências exteriores à dinâmica da comunidade eclesial. Não se trata de memitizar a Igreja em função do funcionamento das sociedades. Só que não se pode separar os níveis de consciência, se não se quer desenvolver um «guetto», não só de linguagem mas de pertença, Por isto mesmo, as questões sobre as quais a Igreja interroga o mundo são as próprias questões que a ajudam a ser antes de tudo uma comunidade de conversão.

POLÍTICAS E POÉTICAS DO QUOTIDIANO (*)

MICHEL DE CERTEAU

Para além das considerações gerais do Vaticano II sobre o «Povo de Deus» e sobre o «mundo», impõe-se uma realidade quotiana, que organiza as escolhas, estabelece diferenças irredutíveis e cria as verdadeiras clivagens entre cristãos: não mais uma separação entre o mundo e a Igreja, mas sim divisões impostas pela história humana, as quais atravessam também a Igreja (divisões de classes, de políticas, de sexos). Os lugares estratégicos das discussões, oposições e reflexões têm-se deslocado da eclesiologia à política, das concepções do «povo de Deus» à realidade dos comportamentos. É nesse sentido que se manifesta a exterioridade das práticas em relação às expressões religiosas e a possiblidade de uma ética ser de novo posta em causa. Os movimentos que representam uma inovação prática e teórica em matéria política (não é indiferente que eles venham da América Latina) caracterizam-se por uma articulação de uma retomada do Cristianismo a partir duma escolha sobretudo social (pela libertação, pelo socialismo), em vez de suporem, como dantes, que um compromisso pode ser induzido por uma fé. O ponto de partida é uma tomada de posição relativa à questão: com quem se solidarizar na sociedade? Trata-se assim, para os cristãos, de trabalharem por causas que não as suas uma vez que já não têm uma pátria própria. Assim, uma mutação qualitativa inscreve-se nessa passagem de um «fazer a caridade» para um «fazer a justiça». Uma prática de luta constitui o antecedente duma tal teologia da libertação e da transformação social; ela rompe a ficção oficial de um discurso

(*) MICHEL DE CERTEAU (1925-1986): Jesuíta francês, de formação polifacetada como teólogo, antropólogo, historiador e psicanalista. Da sua obra póstuma, a qual recolhe textos escritos entre 1964-1983 publicamos excerto de FAIBLESSE DE CROIRE, pgs. 308-314, Paris, Ed. du Seuil, 1987.

cristão fortalecido pelo poder de permanecer neutro ou de ultrapassar as diferenças. Na sua passagem, fora do corpo eclesial, para a cidade política secular, muitos militantes inspiraram-se na «teologia da libertação» a seguir a Gustavo Gutierrez, Joeph Comblin, etc., ou seja duma prática teológica encaixada noutras práticas, indissociáveis de solidariedades tácticas, submetidas às eventualidades e às necessidades duma luta histórica. Mas esta teologia conserva a marca do seu local de nascimento, o cristianismo latino olhado num face a face com o marxismo: a latinidade sempre significou troca de estruturas instituicionais e ideo-lógicas entre a Igreja e o Estado, para além de ter dotado dum papel importante os discursos totalizantes. Esta característica não é estranha ao intercâmbio, ou melhor, à sucessão das dependências (filiações), que passam da Igreja aos marxismos dogmáticos ou heréticos.

Uma autonomia das práticas sociais desprende-se pois das generalidades do discurso cristão que, tal como uma núvem, cobriam as realidades quotidianas. Do matrimónio dos sacerdotes ao divórcio dos leigos, os debates sobre a sexualidade demonstraram-no amplamente nestes últimos tempos. Um bom número de cristãos, que se reconhecem ainda como tal, afastam-se sem outra alternativa, dos ensinamentos pontificais sobre este tema frequentemente reiterados. No momento em que as autoridades de Roma tornam Oficial a revisão do processo de Galileu (1974), nesse mesmo momento cometiam novamente o mesmo erro. Porque, não mais que o sol e os astros, também as práticas não obedecem hoje às injunções da Bíblia ou do Papa. É certo que devem existir efeitos éticos da atenção prestada à palavra evangélica (uma conversão mede sempre a compreensão), mas eles variam segundo um juízo moral autónomo. Já nada nos garante que uma ética cristã seja possível. Estes debates esclarecem a complexidade das relações da Igreja com a cultura contemporânea. Lentamente desenraízado das suas dependências locais, familiares, mentais, o indivíduo, homem-automóvel, pode circular por toda a parte, mas em toda a parte ele encontra a lei universal e anónima de organizações económicas ou de conformismos socio-culturais; segundo as disposições de Roma, o indivíduo pode pois rejeitar quer uma desvio cada vez menos tolerado pelo sistema social, quer uma restrição à sua circulação automóvel, conjugal tanto quanto geográfica.

Mas, de uma forma mais profunda, o que está aqui em jogo é o deslocamento da **sacramentalidade.** Outrora o sacramento sancionava uma relação entre um dizer e um fazer; exprimia e efectuava; era o anúncio e a obra da fé. Constituía assim o ponto nodal da experiência cristã. A lenta erosão desta relação e o irrealismo de discursos desprovidos de eficácia afastam os crentes dessas palavras «sem força». É o empenhamento social e político, fora de qualquer referência à Igreja já, que ganha valor sacramental, e, da mesma forma, o encontro dum outro na relação conjugal ou parental.

Por uma transformação recíproca, a liturgia estetiza-se. Ela não é mais verdadeira (pensável) nem eficaz (opera-

tória), mas pode ser **bela**, como uma festa, como um canto, como um silêncio, como um efémero êxtase de comunhão colectiva (como tal foi também a aventura de Boquen). O êxito dos mosteiros compensa o esvaziamento das igrejas paroquiais e esta procura não é necessariamente um alibi. Os viajantes dessas liturgias «exóticas» voltam ao seu trabalho e aos seus deveres como quem volta de espaços marítimos ou da leitura dum poema, habitados dum outro ar, que pode ter efeitos nas suas práticas, mas duma forma em que cada um deve tomar a responsabilidade.

Ao seu modo, os grupos de carismáticos que se vêm multiplicando nestes últimos anos exemplificam o mesmo tipo de **transe**, alinhando-se mesmo **com** as formas contemporâneas **da «s**ociedade do espectáculo». **A ne**cessidade de crer, exa**cerba**da pelo vazio desta sociedade,conjuga-se com a necessidade de pertencer, cujo conteúdo se tornou também ele vazio. Tudo se passa como se fosse necessário que houvesse aqui, nesta Igreja opaca a si própria, um Espírito, e como se uma água inesperada surgisse nas caves da velha casa. Para esta prece carismática já não existe projecto, mas apenas vestígios do lugar, outrora produtor de práticas e linguagens próprias; **já não há causa,** mas apenas o seu leitmotiv interior. A harmonia colectiva não diz mais que esta ausência do objecto, o Espírito, mas instaura assim uma feliz liberdade no precário e no quotidiano, que servem de encontro à comunhão. Esta espiritualidade do homem comum junta-se a uma consciência comum de já não poder transformar a ordem das coisas, mas afecta-a dum valor inomável, o Espírito, assim como do poder milagroso de se reencontrar no quase-nada - um viver quotidiano desprovido de legitimação, das palavras desprovidas de sentido.

É possível que sem o apanágio do espectáculo, a manifestão carismática não seja tão estranha ao murmúrio de oração mais comum, aquela à qual foi subtraído o poder sobre o corpo social, e que se encontra desprovida das suas ambições sobre a história, dócil, finalmente, para realidades que nenhuma ideologia tem sido capaz de mudar e que é preciso aceitar quando não se está no lugar certo. Corroborando à sua maneira o desaparecimento duma linguagem da fé e a impossibilidade duma elaboração é semanalmente o lugar poético dum bem-estar em conjunto e o recomeço interior dum serviço mútuo - graça oferecida ao Senhor-todo-o-mundo.

Pode ser que ao recusar esta forma humilhada do Cistianismo, se recuse o que tem vindo a ser e que se impeça de reconhecer, nos combates e nas preces do presente, um Deus que estranhamente começa a parecer-se a este Senhor-todo-o-mundo.

Vivida assim, a fé cristã é experiência de fragilidade, meio para se tornar hóspede de um outro que inquieta e faz viver. Esta experiência não é nova. Desde há séculos que místicos, espirituais a vivem e a confessam. Eis que hoje se faz colectiva, como se o corpo inteiro das Igrejas, e já não apenas alguns, individualmente tocados pela experiência mística, devesse viver o que o Cristianismo tem anunciado sempre: Jeseus Cristo foi morto. Esta

morte já não é só o objecto da mensagem no que toca a Jesus, mas a experiência dos mensageiros. As Igrejas, e já não só o Jesus de quem falam, parecem chamadas a esta morte pela lei da história. Trata-se de aceitar ser fraco, de abandonar as máscaras irrisórias e hipócritas de uma potência eclesiástica que não existe mais, de renunciar à satisfação e á «tentação de fazer o bem». O problema não é saber se será possível restaurar a empresa «Igreja», segundo as regras de restauração e de saneamento de todas as empresas. A única questão que valha á esta: Encontrar-se--ão cristão,. que queiram buscar essas aberturas de oração errantes, admiráveis? Se existem homens que ainda queiram participar nesta experiência de fé, que reconheçam nessa esperiência aquilo que necessitam, caber-lhes-á a eles fazer a concordância entre a sua fé, e aí procurarem não modelos sociais, políticas ou éticas, mas experiências de fé - e as suas comunicações recíprocas, sem o que não haverá mais comunidades e, portanto, percursos cristãos.

Ninguém é cristão sózinho, por si mesmo, mas com referência e vínculo ao outro, na abertura a uma diferença demonstrada e aceite com gratidão. Esta paixão pelo outro não é uma natureza primitiva a reecontrar, também não se acrescenta como mais uma força, ou uma peça de vestuário, às nossas competências e aos nossos haveres; é uma fragilidade que despoja as nossas fortalezas e introduz nas nossas forças necessárias **a fraqueza de crer.** Pode ser que uma teoria ou uma prática se tornem cristãs quando, na força duma lucidez e duma competência, se introduza como uma dança o risco de se expôr à exterioridade, ou a docilidade à estranheza que surge, ou a graça de dar lugar - ou seja, de acreditar - ao outro. Assim «O Itinerante» de Ângelo de Silesia (Angelus Silesius), não nu, nem vestido, mas despido:

A Deus não posso ir sem vestido, mas devo estar despedido.

♦ ♦ ♦ ♦

POR UMA IGREJA DO DIÁLOGO

Guy Coq (*)

O «Forum do apelo dos 25 000 para uma Igreja do diálogo ao serviço dos homens e do mundo» tem certamente desempenhado um papel mais importante do que pensa a maioria dos observadores. Terá traduzido uma nova forma de pertencer à Igreja? Ou um novo tipo de relação entre a Igreja e a Sociedade? Tais questões merecem pelo menos, serem levantadas.

Foi antes de mais uma dupla surpresa: a de um breve apelo ao diálogo, difundido na **Témoignage Chrétien** (20 Março 1984) e que recolheu nalguns meses 26 000 assinaturas; depois, a jornada de reflexãoem 21 de Outubro último (o Forum) que reuniu 1800 pessoas de todas as regiões da França, tendo os organizadores sido obrigados a rejeitar mais de 600 inscrições.

Não foi esta uma reunião da esquerda católica ou dos cris tãos em crise, ou ainda dos

(*) Esprit, nº 160, Março-Abril 1990.

eternos revoltados da Igreja, também não foi uma assembleia chamada a celebrar uma personalidade prestigiada. E aí reside toda a dificuldade: este tipo de reunião tem um carácter profundamente inédito. Se ela representa uma forma de expressão colectiva no seio da Igreja em França, não corresponde ao modelo dos encontros tradiconais animados pelos movimentos da Acção Católica, o que não impediu alguns membros desses movimentos desempenharem um papel decisivo nos debates durante o forum (1).

Reuniram-se, portanto, crentes, não sob a égide da hierarquia nem num espírito de ruptura com ela; a sua principal ambição era a de estabelecer um diálogo com os bispos, pondo em prática uma forma de expressão autónoma fora das normas e dos obstáculos habituais. Existe já neste simples facto uma pequena revolução na imagem clássica da Igreja: de repente o Vaticano II não é somente objecto de encantamento ou de imprecações, dá-se a possibilidade de existir.

Não nos enganemos. Se a palavra democracia aparece frequentemente nas intervenções, não é um novo apelo ao compromisso dos cristãos na política; a exigência do diálogo na Igreja traduz-se aqui numa espécie de reinvestimento do ideial democrático em relação à própria instituição eclesial. É como se a cultura da sociedade democrática, transportada por simples crentes, tentasse transformar a própria Igreja. Daí advem uma questão pertinente: como comunidade, como colectivo humano, a Igreja não se arriscará ela a fazer perder todo o crédito ao seu discurso sobre os valores de liberdade, ou sobre os direitos do homem, se o vínculo social vivido no seio da comunidade se afasta desses valores exigidos pela sociedade civil?

Jacques Chatagner esclareceu esta questão através de algumas formas lapidárias: **É indispensável criar na Igreja um Estado de direito, devemos afirmar e fazer respeitar na Igreja um certo número de direitos fundamentais.** Para Paul Valadier, o Deus de Jesus Cristo não é autoritário, mas sim **um Deus de diálogo; não se trata de pedir a instauração da democracia na Igreja, mas que esta Igreja seja fiel a ela mesma e à necessidade de ser portadora de testemunho na Sociedade.**

Tais propósitos, muito significativos do espírito do forum, exprimem uma sensibilização dos espíritos. Doravante é necessário captar o que há de melhor na evolução cultural e social e iniciar uma mudança na cultura eclesial. Este projecto, portador de uma nova relação do crente com a Igreja, deve equilibrar-se com compromissos face à Sociedade e ao mundo. Esta adesão interna à cultura democrática apresenta-se constantemente como condição para que a Igreja seja melhor compreendida na Sociedade. E o paradoxo é que seja, Michel Morineau, secretário nacional da Liga do ensino, a lembrar essa exigência: a existência dum diálogo na Igreja aumenta as suas possibilidades de ser ouvida e de **participar no progresso das nossas sociedades.**

Este forum não pretendeu ser mais que um começo que deveria ter continuação: a redacção de **chachiers de l'espérance** (cadernos da esperança) em cada departamento e a organização em 1991 dum novo encontro: os estados gerais da esperança. Até lá, a instrução dada é a de estar ao máximo na instituição para desenvolver iniciativas propícias ao diálogo, sem tabus e com vista à organização de forums regionais.

(1) Vd. a publicação Pour une Église du Dialogue, conclusões do forum de 21 de Outubro de 1989; número especial de **Croyants en Liberté**, realizado por Pierre Vilain. Croyants en Liberté, B.P. 63, 77932 Perthes cedex (40FF)

EUROPA:

APELO AO POVO DE DEUS (*)

A Conferência europeia para os direitos humanos na Igreja exprimiu-se publicamente pela segunda vez, desde a sua criação, em Janeiro de 1990. Publicamos neste número o Texto francês desta declaração, preparada pelo Movimento holandês do 8 de Maio, que a tornou pública no decorrer do seu encontro de 12 de Maio último; por sua vez, Christenrechte in der Kirche (Direitos cristãos na Igreja) tornou-a pública na Alemanha durante o Katholikentag (Encontro dos Católicos) de base de 23-26 de Maio. Em Itália, onde o Secretariado técnico das comunidades de base acaba de aderir à Conferência, a declaração foi publicada pela Agência ADISTA. Lembremos que a Conferência europeia se reduz, em termos de estruturas, a um grupo de contacto de 5 pessoas (a representação belga é assumida anualmente, a título pessoal, por uma pessoa activa na Comisão Flamenga Justiça e Paz).

RUMO A UMA IGREJA DE IGUAIS:

Iniciativas a realizar para promover os direitos de todos os crentes

Ressoa em todo o mundo o apelo à justiça: à justiça social e ao reconhecimento dos direitos das pessoas e dos grupos. Este apelo, as Igrejas cristãs podem encorajá-lo, reforça-lo e contribuir para a sua aceitação na prática. As Igrejas possuem a força moral e as estruturas necessárias para modificar as instituições e os comportamentos humanos e são apoiadas nessa tarefa pelos seus membros na igual dignidade de todos os homens diante de Deus e uns diante dos outros. O seu compromisso a favor da justiça não pode ser credível efectivo sem que, na sua própria comunidade eclesial, os cristãos se empenhem seriamente na iguldade dos direitos de todos os crentes. O que as Igrejas reconhecem verbalmente está ainda longe de impregnar a sua prática quotidiana. Velhas estruturas eclesiais, herdadas de tempos onde a desigualdade era aceite muito mais facilmente, são frequentemente obstáculo à aplicação da igualdade dos direitos. Esta situação requere que seja do Povo de Deus ele mesmo que surjam as iniciativas de progresso.

Cristãos da Alemanha, Bélgica, França e Holanda reuniram-se numa Conferência pelos direitos do homem na Igreja.Voltam-se para os seus irmãos - leigos e ministros - e convidam-nos a trabalhar no reconhecimento destes direitos, que incarnam de maneira específica a vocação da comunidade cristã e conferem, deste modo, a esta o direito de falar em nome da sociedade inteira.

A Conferêcnia europeia pelos direitos humanos na Igreja faz o apelo ao empenhamento a fim de realizar:

1 — A IGUALDADE DOS DIREITOS DE TODOS:

Mulheres e homens, leigos, ministros e encarregados dum ministério. Acreditamos que todos são chamados à unidade, à solidariedade e à igualdade em todos os sectores da vida da Igreja. Eis porque laboramos para realizar uma maior igualdade de direito de cada um, uma participação mais igual na vida da Igreja, uma protecção contra toda a forma de discriminação de sexo ou de orientação sexual. Em particular, nós pensamos trabalhar para que homens e mulheres, casados ou solteiros, tenham acesso igual aos ministérios e aos cargos e responsabilidades na vida quotidiana da Igreja.

2. A LIBERDADE DE INVESTIGAÇÃO EM MATÉRIA DE CIÊNCIA, FILOSOFIA E TEOLOGIA, ASSIM COMO A LIBERDADE DE EXPRESSÃO DAS OPINIÕES.

É para nós um motivo de consternação que os teólogos sejam reduzidos ao silêncio ou vejam ser-lhes retirada a autorização de ensinar, que uma discussão livre sobre o desenvolvimento da fé e da Igreja seja dificultada.

É igualmente para nós motivo de consternação que, na política de nomeações, ao nível local e num contexto mais amplo, seja tida em conta a disposição que defende as posições tradicionais em detrimento da criatividade e aptidão para encarar o futuro.

Pronunciamo-nos por um mecanismo de nomeação que não permita que uma comunidade veja imporem-lhe um dirigente que não possa reconhecer como tal. Reclamos que as pessoas empenhadas ao serviço da Igreja beneficiem duma situação jurídica sólida e não possam ser dispensadas sem motivos válidos. Consideramos essencial que, em caso de divergência de opinião, seja possível uma arbitragem imparcial.

3. RECONHECIMENTO DO DIREITO DE TODOS OS CRENTES E DE TODOS OS GRUPOS DE CRENTES À SUA PRÓPRIA MANEIRA DE VIVER A SUA FÉ.

A comunhão eclesial não reclama de forma alguma a maior uniformidade possível. Admite, melhor ainda, apela a uma grande diversidade de formas de vida que se enriquecem mutuamente. Protestamos contra o facto de grupos de crentes, que se empenham em viver a sua fé segundo formas contemporâneas, sejam ignorados, até sancionados. Eles devem poder dizer qualquer coisa a respeite da nomeação dos seus pastores. Recusamos qualquer centralismo que não respeita a vocação e a responsabilidade próprias das pessoas e dos grupos.

(*) texto publicado no Boletim "DROITS ET LIBERTÉS DANS LES ÉGLISES"

De súbito três tiros de memória.
Apagaram-se as luzes. Noite. Noite.
De súbito três tiros nas palavras
um poeta calou-se apagou-se a canção.

De súbito um poema foi bombardeado
um poeta fechou-se nas vogais
cercado por consoantes que talvez
caminhassem cantando para um verso.

Eram granadas? Eram sílabas de fogo?
E de súbito a guerra: Noite. Noite. E um poeta
com cinco letras escreveu no chão: porquê?
Com cinco letras do seu próprio sangue

Manuel Alegre in Praça da Canção

... a violência não é
a verdadeira resposta
à violência;
se a violência responder
à violência
o mundo cairá
numa espiral de violência

Dom Herder Câmara in Espiral de Violência